

Manifesto "O voto limpo"

Aproxima-se o dia 15 de novembro, quando o eleitor brasileiro escolherá senadores e deputados para representá-los na Assembléia Nacional Constituinte. Embora ambigüamente congressual eles vão elaborar a nova constituição. É o grande momento da nossa história política, quando estarão em jogo o futuro e o destino da Nação. Esta Nova República que cronologicamente será a 5ª, desde a queda da monarquia, terá como pedra basilar de sua estrutura a Carta Magna a ser elaborada.

A responsabilidade do eleitor é muito grande e da conscientização do seu voto dependerão os rumos da nossa Carta Magna. Se conservadora e elvada de paternalismos e proteccionismos frágl e passagelra; se moderna, progressista, voltada para as reformas sociais necessárias; livre e soberana. Sem se submeter a interesses subjetivos de grupos, onde os deveres e os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Com autoridade, mas sem autoritarismo. Forte, mas humana e voltada para o social. Curta, mas completa. Essa será a Constituição desejada por todos nós. Isto somente poderá acontecer se o eleitor puder votar livremente, com consciência cívica, soberano, limpo, como arma mortífera contra a corrupção, a exploração e o arbítrio: seu voto.

Brasília vive um momento duplamente histórico. Por votar pela primeira vez e por esse primeiro voto ser para a eleição de seus representantes à Assembléia Nacional Constituinte. Embora a campanha política venha aqui se desenrolando sem o baixo nível das dos outros Estados, com ataques pessoais e retaliações, é notória a influência e o abuso do poder econômico por parte de alguns candidatos. Em certos setores do Governo do Distrito Federal é evidente o uso da "máquina" em favor de candidatos dos partidos da situação. Outros candidatos estão fazendo campanhas que nada têm a ver com a Constituinte, fazendo discursos de "vereador", com promessas as mais absurdas e que nunca poderão ser cumpridas.

Em face disso, dezesseis partidos legalmente existentes no Distrito Federal fundaram e subscreveram a Ata de fundação da Frente Brasiliense de Ética Partidária, entidade criada com a finalidade de defender democraticamente um comportamento limpo e ético da classe política do Distrito Federal. Não é um projeto de "caça às bruxas". Dela podem participar todos os partidos e políticos que desejem tão-somente a defesa dos interesses da comunidade, acima de quaisquer outros.

A nossa luta é pelo "voto limpo" em todos os sentidos, onde a vontade popular livre seja respaldada sem a interferência das forças da corrupção e da demagogia a serviço de objetivos inconfessáveis.

Por essa razão:

Esperamos e temos a convicção de que o Sr. Governador, José Aparecido de Oliveira, embora sendo um político e homem de partido, se porte como um magistrado na direção do nosso processo eleitoral;

Que a Justiça Eleitoral cumpra com o seu dever, sendo isenta e fazendo com que a Lei

seja cumprida por todos, sob pena dos seus rigores.

Que a imprensa, esse notável condutor de opiniões, quinto poder da República, lute pelo respeito da vontade do povo, sem condicionamentos perigosos e sem submeter-se a outrossínteres. Livre e soberana como deve ser.

Este manifesto, ora colocado ao exame do eleitor brasileiro, tem o único objetivo de alertá-lo para a escolha do seu candidato, analisando a sua proposta, conhecendo o seu passado, independentemente do partido político a que pertença. Há bons candidatos em todos os partidos.

Não podemos deixar de chamar a atenção de todos para alguns fatos que realmente nos obrigam a fazer esse sinal de alerta. Senão vejamos:

Abuso do poder econômico: A legislação eleitoral estabelece limites de gastos em campanha política para os partidos e candidatos, com penas rigorosas para os infratores. Entretanto, o que vemos são algumas campanhas bilionárias, refletidas em frotas de centenas de automóveis; milhões de cartazes caríssimos; centenas e milhares de cabos eleitorais pagos; out-dors às centenas espalhados pela cidade, em lugares não permitidos; comitês ricamente instalados; caríssimas produções de programas para TV, além de uma farta massa de matéria publicitária (sob formas as mais diversas) na imprensa escrita. Para comprovar estão aí as campanhas notoriamente milionárias de Osório Adriano Filho, Antonio Venâncio da Silva, Lindberg Azis Cury, Jofran Frejat, Eurides Brito, Francisco Aguiar de Carneiro e outros de menor porte. E de onde vem esse dinheiro todo? Não será difícil verificar se o TRE e o Exmo. Sr. Juiz Procurador da Justiça Eleitoral procedem a uma investigação rigorosa, pois os gastos dessas campanhas em muito ultrapassam os limites estabelecidos pela Lei.

Não seria o caso de se indagar qual o interesse da Volkswagen do Brasil, em apresentar e "ajudar" 80 dos seus revendedores em todo o País como candidatos à Assembléia Nacional Constituinte? Não é de se estranhar que o presidente local do PFL, Osório Adriano Filho, seja um desses candidatos e tenha aprovado em entrevista na TV as agressivas e atrevidas palavras do presidente alemão da Volks, no Brasil, no Congresso de revendedores, realizado este mês em Brasília?

De onde vem o dinheiro de Antônio Venâncio da Silva, famoso mestre-de-obras que o destino colocou "rico" e a valdade o faz pensar-se um "imperador da grana" com a sua dinastia de edifícios 1º, 2º etc. e tal até 3000? Que benefícios fez durante esses anos todos aos mais de dez mil operários que trabalharam em suas obras e cujos maiores prêmios foram os humilhantes acordos na Justiça do Trabalho feitos com a maioria deles?

Quais as origens da grana gasta por Francisco Aguiar Carneiro? Da Fiat? Das concorrências mal ganhas pela sua construtora? Da famigerada União das Forças Políticas? Ou de todas elas?

Será que Lindberg Azis Cury está sendo financiado pela Ford? Ou pela Mercedes

Benz? Por multinacionais dos pneus? Ou pelo que sobrou da Colméia, de triste memória? E os outros citados, onde foram buscar tantos recursos?

Com a palavra o TRE. A resposta, o eleitor saberá dar em 15 de novembro. Os homens da velha república: Ex-integrantes dos governos do autoritarismo, que quando podiam nada fizeram por Brasília, hoje pedem o voto do brasiliense, prometendo mudar tudo aquilo que eles mesmos ajudaram a fazer. Jofran Frejat, Eurides Brito, Alceu Sanches, Walmir Campelo, Maria Abadia e outros de menor cacife. Cobram da cidade o que ela não lhes deve.

A máquina: Alguns órgãos do GDF (atenção sr. Governador!) estão induzindo os seus funcionários a fazerem campanhas de alguns candidatos do PMDB e do PFL, instalando um regime de terror naqueles que têm medo de perder os cargos de confiança; podem ser citadas a Secretaria de Educação, a Hospitalar, as administrações regionais. E a SHIS, que abre inscrição para unidades habitacionais, quando há mais de 70 mil inscrições feitas nesses últimos 10 anos, que ainda não receberam a sua moradia. E ou não demagogia?

Promessas: O eleitor deve tomar cuidado com o candidato que faz campanha para vereador, prometendo consertar coisas como instalações sanitárias, resolver problemas de água, luz, tapar buracos, colocar transporte barato, etc. As eleições são para senador e deputado constituinte e constituinte não irá tratar desses assuntos. Esses candidatos estão enganando o povo com falsas promessas e "não se bate impunemente a carteira do eleitor".

Para-quedistas: Muito cuidado com aqueles que daqui debandaram em 1964 e foram enriquecer em outras plagas e agora voltam como salvadores da Pátria. Deixem JK em paz. Não usem o seu nome levianamente no intuito de ganhar votos.

Voto nulo: É criminosa e impatriótica a campanha que estão fazendo pelo "voto nulo". Voto nulo é retrocesso e devemos combatê-lo.

As atividades da Frente continuarão a ser exercidas depois de 15 de novembro. Nossa luta continuará com a fiscalização dos atos do Governo e dos representantes eleitos; para que a Capital Federal tenha autonomia política em todos os níveis, para que o brasiliense exerça o direito constitucional, que esperamos continue na nova Constituição, "o poder emana do povo e somente poderá ser exercido em seu nome".

Esperamos, no futuro, não haver necessidade de se fazer novas denúncias. Mas sempre que houver necessidade falaremos, pois denunciar crimes, transgressões às leis, abusos etc. é no mínimo um comportamento ético para com os nossos princípios e anseios da população.

Brasiliense em 15 de novembro exerça com liberdade, consciência e honradez o seu legítimo direito de votar, conquistado duramente após 26 anos sob um regime autoritário que, felizmente, não voltará jamais.

Brasília, 31.10.1986
Rosalvo Azevedo —
Presidente